PROJETO DE LEI Nº DE 2015

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Altera a Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de alterar índices de alcoolemia que punem os condutores de veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de alterar índices de alcoolemia que punem os condutores de veículos.

Art. 2º O artigo 165 da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 165. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue superior a 05 (cinco) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Infração gravíssima
Penalidade – multa (dez vezes)”

Art. 3º O artigo 276 da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 276. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue superior a 8 (oito) decigramas:

Infração gravíssima
Penalidade – multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses”

Art. 4º O caput do artigo 306 da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 16 (dezesesseis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (NR)

§ 1º

I - concentração igual ou superior a 12 (doze) decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,6 miligramas de álcool por litro de ar alveolar; ou (NR)

.....”

JUSTIFICATIVA

Aumentar a punição e imputar sanção penal ao motorista que dirige embriagado - ou que pratica racha - é um fator muito positivo da nova lei nº 11.705, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. O fato é que crimes como esses, que podem colocar em risco a vida do próprio motorista e também dos que estão a sua volta, devem ser vistos como um grave atentado à vida e punida com todo o rigor necessário.

Mas ressalvas precisam ser consideradas. Os romanos, que tinham grande faro para as questões jurídicas, esmaltaram um brocardo sábio e incontestável: 'Summum jus, summa injuria'. Ou seja: o excesso de dureza do direito determina a injustiça. O que pode acontecer com essa lei que impõe multa pesadíssima ao motorista que for flagrado com mínima ingestão de álcool, além de cassação da licença e outras sanções de caráter penal? Um bafômetro, aplicado de tocaia nas proximidades de uma festa ou de um bar, apanhará inocentes e culpados, tanto os temíveis 'beberrões' quanto os moderados bebedores do chopinho de fim de tarde. Não é aceitável que com a dureza da lei se queira inverter os costumes nacionais e transformar todos os cidadãos em abstêmios, consumidores de suco de fruta e refrigerantes.

Levantamento feito pela toxicologista Vilma Leyton, professora da Faculdade de Medicina da USP, no Instituto Médico Legal de São Paulo em 2005, mostra que 44% dos 3.042 mortos em acidentes de trânsito no Estado de São Paulo ingeriram álcool antes e tinham entre 17 e 24 decigramas de álcool por litro de sangue “ (F S P , 1.6.2008 , p. C-9) .

Na França, a aplicação da tolerância zero ao álcool no trânsito foi debatida há alguns anos pelos 42 integrantes do Conselho Nacional de Segurança nas Estradas, órgão independente do governo. A medida foi rejeitada com base em estudos que

demonstram que os acidentes mortais são originados por condutores com taxas de álcool muito elevada, entre 16 decigramas e 30 decigramas. Segundo a, então, delegada interministerial para a segurança nas estradas da França, Cécile Petit, a prioridade é tratar dos casos que originam os acidentes, pois, não é entre as taxas de 0 a 5 decigramas, ou mesmo até 8 decigramas, que eles ocorrem, mas em índices superiores a 16 decigramas. A partir dessa análise, decidimos não adotar a tolerância zero - explicou ao jornal Zero Hora a delegada interministerial para a segurança nas estradas, Cécile Petit.

Como bem comenta o Desembargador aposentado, do Rio Grande do Sul, Dr. Ilton C. Dellandréa, em recente artigo, “se não há nenhum estudo que demonstre que um indivíduo com 8 decigramas de álcool no sangue sofra alguma perda de controle sobre seus atos físicos, sem prejuízo do seu tirocínio, por que punir a conduta de quem, após uma refeição, toma uma sobremesa de sagu com vinho e é pego pelo bafômetro com 2 decigramas de álcool? Ou aquele que, higienicamente, valeu-se desses anti-sépticos bucais, muitos a conselho do dentista, e contaminou seu hálito – mas não sua mente – com produto alcoólico?” Ainda segundo o juiz, não se deve condenar alguém, que for preso em flagrante dirigindo com 5 decigramas de álcool no sangue. Dirigir embriagado e por conta da embriaguez assumir o risco de provocar um acidente é crime e deve ser punido com rigor. Com muito rigor. Mas dirigir em condições normais, mesmo após a ingestão de pequena quantidade de álcool, sem oferecer perigo à incolumidade pública é outra coisa, bem diferente.

É a manifestação de um juiz de atuação muito rigorosa contra infratores de trânsito. Entre 1989 e 1992, portanto, bem antes da vigência do Código de Trânsito Brasileiro, o desembargador Dellandréa determinou por sentença, o encarceramento de pelo menos três motoristas embriagados que provocaram vítimas, inclusive de um motorista de táxi de Porto Alegre que teve interditado o direito de dirigir veículos motorizados por um ano, o máximo que se podia fazer na época.

Não se trata de fazer apologia da bebida, muito pelo contrário. **Quem dirige embriagado deve ser severamente multado e preso.** Mais ainda que sejamos contrários ao consumo de álcool pelos condutores de veículos, não é razoável concordar com os termos radicais em que foi colocada a proibição, estabelecendo uma impossível 'tolerância zero', que vai colidir com os costumes arraigados de nosso povo, e até com os próprios ensinamentos da medicina legal, que admitem como inócua a ingestão de pequenas

quantidades de bebida de álcool, salvo em circunstâncias excepcionais de interação com soníferos ou tranquilizantes.

Até pouco tempo, a legislação de trânsito tolerava a presença de 6 decigramas de álcool em litro de sangue do motorista, o que era geralmente admitido como razoável pelos especialistas na matéria. Tal dosagem correspondia a um consumo moderado e civilizado de bebida alcoólica, incapaz de gerar alterações de comportamento.

O argumento de que a rigidez da nova Lei é fator determinante para os supostos índices de redução de acidente, é fundamental atentar para a realidade. O que reduzirá e, tudo indica já está reduzindo é a fiscalização intensa imposta desde a vigência da nova Lei. As páginas de jornais e as imagens das TVs estão flagrando a todo momento, motoristas completamente embriagados, sem as mínimas condições de dirigir. Se a fiscalização tivesse a mesma intensidade de agora, durante a vigência da legislação anterior, o resultado seria o mesmo, ou seja, o flagrante contra motoristas embriagados, com a aplicação de multas, apreensão de Carteiras de Habilitação e prisão de muitos.

Portanto, apresento aos nobres pares a proposta de modificar a recente legislação que tanto polêmica vem provocando, elevando os limites de alcoolemia a serem observados pelas autoridades fiscalizadoras.

Sala das Sessões, de abril de 2015.

POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
Vice-Líder
PDT/RS